

OS REFLEXOS DA DITADURA MILITAR NA REGIÃO SUL DE SANTA CATARINA, COM FOCO NOS PERSEGUIDOS POLÍTICOS E NA MEMÓRIA REGIONAL DESSE PERÍODO¹

THE REFLECTIONS OF THE MILITARY DICTATORSHIP IN THE SOUTH REGION OF SANTA CATARINA, WITH A FOCUS ON THE POLITICAL PERSECUTED AND REGIONAL MEMORY OF THIS PERIOD

Bruna Cardoso Fernandes²

Geovan Martins Guimarães³

Resumo: A ditadura militar foi um dos períodos mais conturbados da história do Brasil, marcando profundamente a vida política e social do país. Perguntas que jamais foram respondidas, crimes que jamais foram julgados e justiça que nunca será cumprida. Com base no exposto apresenta-se a seguinte delimitação temática de pesquisa: os reflexos da ditadura militar na região sul de Santa Catarina, com foco nos perseguidos políticos e na memória regional desse período. Nosso objetivo principal, neste estudo, é conhecer o impacto que o regime militar teve na região Sul de Santa Catarina, assim como a trajetória política dos perseguidos políticos nascidos na região, são objetos propostos, além de descrever o golpe militar e a implantação do regime no Brasil; contextualizar os impactos do regime militar em Santa Catarina; discutir a importância do conhecimento popular sobre o regime militar; destacar vozes de pessoas que viveram na época militar. O método de procedimento utilizado na pesquisa consiste no monográfico, quanto aos procedimentos utilizados foi realizada a coleta de dados através de entrevistas realizadas com moradores do Sul de Santa Catarina que vivenciaram o período e que serão identificados aqui como entrevistado 01 e entrevistado 02, consulta à Comissão Estadual da Verdade e artigos, aplicadas as pesquisas do tipo bibliográfico e documental. No contexto do golpe civil-militar, com a implantação do regime no Brasil é possível verificar que a região Sul de Santa Catarina apresentava à época do golpe, resistência ao regime instaurado, com muitos representantes de movimentos sociais, sendo perseguidos, presos e até assassinados, simplesmente por discordarem do golpe e suas ações repressivas.

Palavras-chave: Ditadura. Santa Catarina. Golpe.

¹Artigo apresentado como requisito parcial para a conclusão do curso de Graduação em História da Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, Campus Tubarão: 2021. Banca examinadora composta por: Bruna CataneoZamparetti, Doutoranda em História (UFSC), pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Educação Patrimonial e Arqueologia, Docente na Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL; Camila Borges dos Anjos, Doutora em Letras, Pesquisadora Associada aos Grupos de Pesquisa Memória e Esquecimento e Oficinas em AD, Pesquisadora independente.

² Acadêmica do curso de Licenciatura em História da Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul. E-mail: brunacf1@hotmail.com.

³ Orientador da pesquisa Doutor em Turismo e Hotelaria pela Universidade do Vale do Itajaí – Univali. Docente na Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL.

Abstract: The military dictatorship was one of the most troubled periods in Brazilian history, deeply marking the country's political and social life. Questions that were never answered, crimes that were never tried and justice that will never be fulfilled. Based on the above, the following thematic delimitation of research is presented: the reflexes of the military dictatorship in the southern region of Santa Catarina, with a focus on the politically persecuted and regional memory of that period. Knowing the impact that the military regime had in the southern region of Santa Catarina and the political trajectory of the persecuted politicians born in the region are proposed objects, in addition to describing the military coup and the implantation of the regime in Brazil; Contextualize the impacts of the military regime in Santa Catarina; Discuss the importance of popular knowledge about the military regime; Highlight voices of people who lived in the military era. The procedural methods to be used in the research consist of monographic and comparative, as the procedures used were data collection, applied to bibliographic and documentary research. Given the report throughout this writing, in the context of the civil-military coup and the implantation of the regime in Brazil, it is concluded that the southern region of Santa Catarina presented resistance to the established regime at the time of the coup, with many representatives of social movements, persecuted, imprisoned and even murdered, simply for disagreeing with the coup and its repressive actions.

Keywords: Dictatorship. Santa Catarina. Blow.

1 INTRODUÇÃO

A ditadura militar foi um dos períodos mais conturbados da história do Brasil, marcando profundamente a vida política e social do país. Os reflexos desse período reverberam até os dias atuais: perguntas que jamais foram respondidas, crimes que jamais foram julgados e justiça que nunca será cumprida. Com base no exposto apresentamos como delimitação temática de pesquisa: os reflexos da ditadura militar na região sul de Santa Catarina, com foco nos perseguidos políticos e memória regional desse período.

Nossa pesquisa, envolvendo esse momento da história política do país permite aos opositores do regime, descrever as situações de perseguição, tortura e censura vivenciada por eles durante o período. Entendendo que a Ditadura Militar deixou marcas irreversíveis na história do Brasil, que refletem até hoje em várias regiões, inclusive no Sul de Santa Catarina, nos questionamos: quem eram os militantes nascidos na região e que foram participantes do movimento de esquerda e tiveram seus direitos violados?

O presente tema se justifica pela importância que representa ao campo histórico, principalmente pelo fato de a ditadura militar ser um período de total repressão à liberdade de expressão da população, da imprensa e/ou de qualquer manifestação contrária aos

interesses do regime. Engana-se quem pensa que em Santa Catarina a ditadura não foi violenta, que a censura não existiu ou que não tiveram perseguidos políticos.

Com base nas razões apontadas, é importante demonstrar como realmente ocorreu o regime militar, focando na região Sul do Estado e trazendo à tona essa realidade camuflada/silenciada pela ditadura. Para resgatar essa memória histórica, comporão nosso *corpus* de pesquisa, entrevistas com pessoas do Sul de Santa Catarina que vivenciaram a ditadura, realizadas por vídeo chamada.

Esta pesquisa tem como objetivo principal analisar o impacto que o regime militar teve na região Sul de Santa Catarina e na trajetória dos perseguidos políticos nascidos na região. Como objetivos secundários, propomos: descrever o golpe militar e a implantação do regime no Brasil; contextualizar os impactos do regime militar em Santa Catarina; discutir a importância do conhecimento popular sobre o regime militar; descrever, a partir de relatos de pessoas que viveram na época militar as formas de censura que sofreram.

“O método é um recurso que requer detalhamento de cada técnica aplicada na pesquisa. É o caminho sistematizado, formado por etapas, que o pesquisador percorre para chegar à solução” (MOTTA, 2012, p. 83).

O método utilizado na pesquisa foi o monográfico, e deve-se à preocupação com o aprofundamento do tema em estudo. Método é o meio pelo qual o pesquisador se utiliza para buscar respostas e obter resultados confiáveis. Para Motta (2012, p. 98), “o método monográfico é aquele que analisa, de maneira ampla, profunda e exaustiva, determinado tema-questão-problema.”

O método de abordagem aplicado na pesquisa é o do tipo dedutivo, uma vez que serão analisados documentos, inerentes às normas, leis e doutrinas vinculadas ao tema proposto. Assim, trata-se de um método “[...] que parte sempre de enunciados gerais (premissas) para chegar a uma conclusão particular.” (HENRIQUES; MEDEIROS, 2004 *apud* MOTTA, 2012, p. 86). A pesquisa é de cunho monográfico, e apresenta como objetivo o tipo exploratório, pois proporciona “[...] maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (GIL, 2002, p. 41). Envolve levantamento bibliográfico, sem desenvolver análises mais detidas.

Quanto aos procedimentos de coleta de dados, a pesquisa se caracteriza como bibliográfica e documental. A primeira decorre da necessidade de se fazer leituras, análises e interpretações de fontes secundárias (livros, revistas, jornais, monografias, teses, dissertações, relatórios de pesquisa, doutrinas, etc). A finalidade desta consiste em colocar o pesquisador

em contato direto com tudo o que já foi escrito ou dito sobre o tema em estudo (MOTTA, 2012). É uma pesquisa que explica o tema em questão à luz dos modelos teóricos pertinentes.

A pesquisa documental baseia-se em fontes primárias ou documentais, uma vez que serve de base material ao entendimento da tese em questão. Pertence ao campo da hermenêutica, pois o documento deve ser analisado como se apresenta, e não como quer que se apresente (MOTTA, 2012).

Considerando e exposto, nosso movimento de análise perpassará as perseguições políticas empreendidas pelo regime militar aos catarinenses, nomeadamente pessoas do Sul de Santa Catarina, com o propósito de identificar os abusos cometidos pelos governos após o Golpe de 1964.

2 CONCEITOS E CONTEXTOS DA IMPLANTAÇÃO DA DITADURA CÍVICO – MILITAR NO BRASIL DE 1964/1985

Pretendemos neste capítulo, fazer um estudo a respeito do período da ditadura militar no Brasil (1964-1985), talvez um dos períodos mais conturbados da história recente do país. Por meio de um golpe de Estado, os militares ocuparam o poder de forma autoritária agindo com truculência e arrogância para com todos que discordavam das ideias e ideais políticos de grande parte da cúpula de oficiais das forças armadas à época. Suprimiram as eleições diretas, governaram instituindo atos, como o AI-5, que institucionalizou a censura ampla no país, sendo reprimida toda e qualquer manifestação social e cultural que viesse a contrariar o pensamento vigente imposto pelos generais.

Tencionando realizar uma análise e discussão sobre a temática da ditadura, faz-se necessário que alguns conceitos sejam contemplados neste estudo como: regime político, golpe de estado, censura, bem como apontamentos acerca do período da ditadura propriamente dita, contextualizando questões relativas à época, como os sindicatos.

2.1. REGIME POLÍTICO

O conceito de regime político é de grande relevância para o entendimento da estrutura política de um país. Compreendemos que assuntos relacionados a ele, como as formas de Estado, as formas de governar, os regimes de governo, envolvem ainda o Estado de direito, os princípios da legalidade e da legalidade na governabilidade, bem como a soberania popular e as garantias constitucionais. Fundamentalmente o regime político se presta a resolver alguns

problemas, logicamente políticos, que se encontram no momento de governar e de ser governado.

É fundamental enumerar problemas políticos cruciais como, a autoridade dos governantes, a obediência ao governo, a forma de escolha dos governantes, a estrutura do governo e a limitação dos poderes dos governantes, que podem determinar a direção política de uma nação.

Regime político é um conjunto de normas, princípios e ideias que, ligados, criam um sistema coeso a respeito da vida política da sociedade. A palavra regime deriva do latim *regimen*, de regre (reger, dirigir, governar) e exprime a ação de conduzir ou de governar.

O regime político será substantivamente mais ou menos democrático dependendo do tipo de sociedade a que estiver ligado. “Se se tratar de uma sociedade civil ampla diversificada e razoavelmente igualitária, a democracia será substantiva”. Em contrapartida, se se tratar de uma sociedade civil ela própria autoritária, na qual as diferenças de classe são enormes e os valores democráticos, débeis, a democracia tenderá a ser meramente formal (PEREIRA, 1995 p. 87).

Ainda segundo Pereira (1995), uma sociedade precisa não apenas de instituições estatais democráticas, de uma constituição e todo um sistema legal, que garanta procedimento democrático, mas, também de uma sociedade civil, cujas contradições existentes, embora reais, não sejam insuperáveis.

A legitimidade de um governo depende do apoio que lhe empresta a sociedade civil. Legitimidade não é a mesma coisa que garantir a representatividade para todo o povo. Se um governo tem o apoio da sociedade civil, ele pode ser legítimo sem ser democrático.

2.2 GOLPE DE ESTADO

Luttwak (1991) revela que um golpe de Estado envolve alguns elementos de todos estes diferentes métodos pelos quais o poder pode ser tomado, mas, diferentemente da maioria deles, o golpe não é necessariamente assistido seja pela intervenção das massas, ou, em qualquer nível relevante, por alguma força militaresca.

Ainda de acordo com Luttwak (1991), golpe de Estado é o acontecimento em que uma parte da burocracia estatal, geralmente os militares, insubordina contra o governo e toma o poder, instalando um novo governo em seu lugar. “O golpe de Estado, portanto, parte de dentro do próprio Estado, não sendo classificados como tal eventos em que grupos externos

ao aparato estatal tomam o poder, como seria o caso das revoluções e das rebeliões” (LUTTWAK, 1991, p. 54).

Naudé (1639, *apud* GONÇALVES, 2015) encontra uma definição de Golpe de Estado na obra de Maquiavel, no clássico livro “O Príncipe”, no qual destaca que o poder deve ser exercido baseado na “Razão de Estado” e na manutenção de seu poder, considerado o fundamento da estabilidade social e política do Reino. O princípio de “Razão de Estado” foi desenvolvido na Itália desde o início do século XVI, instaurando uma nova moralidade para pensar a política (GONÇALVES, 2015).

De acordo com Gonçalves (2015), “aqueles golpes que são colocados em prática motivados por interesses privados, voltados apenas a interesses individuais do governante, pode ser reconhecido como tirania” (GONÇALVES, 2015 p.35).

Ainda segundo Gonçalves (2015), o golpe de Estado era comparado a uma espada, a qual se pode “usar ou abusar”, representando, portanto as ações audaciosas e extraordinárias que os príncipes se viam obrigados a executar na ofensiva de tarefas difíceis, aproximando-se do desespero, contra o direito comum, e sem guardar qualquer ordem ou forma de justiça, colocando em risco o interesse de particulares pelo bem geral.

Para Castro (2017), concretamente o objetivo de todo golpe de Estado é tomar o poder, derrubando o governo em exercício. Ele instala uma outra forma de governo, em geral uma ditadura. O golpe de Estado pode ser acompanhado ou seguido de mobilização política ou social, pode ser executado por um grupo militar ou pelas forças armadas como um todo. Num caso contrário, pode ser executado justamente por contar com a neutralidade e cumplicidade das forças armadas.

Com relação ao golpe civil-militar de abril de 1964 suas características basearam-se na restrição da liberdade de ação dos militantes das organizações políticas de esquerda. As restrições impostas pelo golpe militar foram diminuindo os espaços de atuação política legal, partidos políticos dissolvidos, organizações políticas declaradas ilegais, sindicatos, universidades, associações de classe e entidades estudantis proibidas e invadidas. Neste contexto Ridenti afirma que “restaram, à militância política de esquerda, poucas alternativas: sair do país ou nele permanecer em condição de clandestinidade. E é esta decisão que se apresentava a todos os que estavam implicados na luta política” (RIDENTI, 2004, p. 21).

2.3 CENSURA INSTITUÍDA DURANTE O PERÍODO DO GOVERNO MILITAR NO BRASIL (1964-1989)

A censura pode ser definida como uma ação de desaprovação e restrição de algum conteúdo em determinada manifestação, produção artística ou cultural em meios de comunicação por meio de conteúdos jornalísticos, com a possível retirada de circulação pública desse conteúdo, geralmente atrelada à justificativa de proteção de interesses de um grupo ou indivíduo.

Quando se fala em censura, reporta-se automaticamente ao período da ditadura militar no Brasil, onde houve cerceamento de direitos, visto que havia um aparelho estatal de censura que determinava o que poderia ser ou não publicado, produzido no meio cultural, tais como as músicas que deveriam ser tocadas nas rádios e emissoras de TV, bem como, as publicações em jornais, revistas e livros.

A censura acontece pela influência do poder, ou seja, é preciso entender que, ao longo da história o poder político é o responsável por determinar a censura. Os eventos de censura ocorrem em diferentes momentos da história e com diferentes grupos ideológicos no poder, geralmente imperiosos ou inquisitivos.

Torres (2007) define que, durante o período militar, a primeira medida tomada pelo governo militar no Brasil foi a decretação do Ato Institucional nº 1⁴, de 9 de abril de 1964. O ato manteve a Constituição de 1946, mas determinou que as eleições presidenciais fossem indiretas, realizadas pelo congresso nacional em sessão pública e votação nominal. O Poder Executivo também foi reforçado, com a autorização para a cassação de mandatos em qualquer nível e a suspensão de direitos políticos pelo prazo de 10 anos. Iniciou-se um longo período de perseguições políticas no país.

Ainda segundo Torres (2007), a censura também foi objeto de ações do ministério. Em 21 de novembro de 1968, foi sancionada a Lei 5.536⁵, que instituiu o Conselho Superior de Censura, cujas competências abrangiam a revisão, em grau de recurso, das decisões finais relativas à censura de espetáculos e diversões públicas dadas pelo diretor-geral do

⁴O Ato Institucional número 1 estabeleceu a forma de eleição para o próximo presidente da República; modificou o sistema de emendas à Constituição e de aprovação de projetos de lei de iniciativa do presidente; suspendeu as garantias constitucionais ou legais da vitaliciedade e da estabilidade; estabeleceu investigação sumária de servidores públicos que tenham atentado contra a segurança do País, o regime democrático e a probidade da administração pública, podendo estes ser demitidos, dispensados, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, mediante atos do Comando Supremo da Revolução até a posse do presidente da República.

⁵Dispõe sobre a censura de obras teatrais e cinematográficas, cria o Conselho Superior de Censura, e dá outras providências.

departamento de Polícia Federal e a elaboração de normas e critérios que orientassem o exercício da censura, submetendo-os à aprovação do ministro.

2.4 DITADURA NO BRASIL NO PERÍODO DE 1964-1985

Segundo Baretta (2017), a ditadura brasileira (1964-1985) se configurou a partir do golpe de Estado no qual o general Castello Branco assumiu o poder e, de imediato, colocou em ação seu plano de governo, que foi gestado e amadurecido desde os anos 50 na ESG – Escola Superior de Guerra, que, por sua vez, tinha como base a DSN – Doutrina de Segurança Nacional.

Para Bobbio (2012), o conceito de ditadura se origina na Roma antiga. Em latim, a palavra era "*dictatura*". Entretanto, o significado moderno do conceito é completamente diferente da instituição que designava na Antiguidade. A ditadura surgia então como uma “solução legal” e temporária para a manutenção da estrutura de poder da República, sendo que a constituição mista assegurava aos cônsules um poder que, mesmo limitado pelo Senado e pelo povo, garantia sua supremacia sobre os demais poderes da República.

A primeira ditadura, como leciona Mattos Peixoto (1960), aparece nos princípios da República, quando trinta nações se coligaram contra o povo romano. Houve depois outras ditaduras com os mesmos poderes, mas o progresso das ideias republicanas golpeou a ditadura, submetendo-a, provavelmente no início do século III a.C., à *provocatio*, mais tarde, à *intercessio* e até, no tempo da guerra de Aníbal (218-201), à eleição comicial.

Como define Reis (2014), muitas vezes na história do Brasil, ao virar as costas para o passado ditatorial e empreender a construção de uma alternativa, grande parte da sociedade brasileira preferiu demonizar a ditadura vigente nos anos anteriores e celebrar novos valores democráticos. Tais valores, aliás, segundo diferentes, mas convergentes, versões, nunca teriam sido revogados da consciência nacional. O país fora, pura e simplesmente subjugado e reprimido por um regime ditatorial denunciado agora como uma espécie de força estranha e externa. Como uma chapa de metal pesado, caída sobre vontades e pensamentos que aspiravam à liberdade (AARÃO REIS, 2014, pg.8)

Segundo Bezerra (2018), o início do golpe ocorreu com a renúncia do presidente Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961. O Congresso Nacional deu a posse temporária a Ranieri Mazzili, que era o presidente da Câmara, pois o vice-presidente estava em viagem à China.

Ainda segundo Bezerra (2018), enquanto João Goulart (Jango) voltava de viagem, os ministros militares expediram um veto à posse de Jango, acusando-o de defender ideias de

esquerda. O impedimento era contra a Constituição e não foi aceito por muitos segmentos da nação, que passou a se mobilizar com manifestações e greves espalhadas pelo país. Diante da ameaça de guerra civil, foi feita no Congresso a proposta de Emenda Constitucional nº4, estabelecendo o regime parlamentarista no Brasil. Assim, João Goulart seria presidente, mas com poderes limitados, ele aceitou a redução de seus poderes, esperando recuperá-los posteriormente.

O Congresso Nacional votou a favor da medida e Goulart tomou posse no dia 7 de setembro de 1961, com Tancredo Neves como primeiro-ministro. O parlamentarismo durou até janeiro de 1963, quando um plebiscito pôs fim ao curto período parlamentarista republicano. Já em 1964, o presidente João Goulart (Jango)⁶ resolveu lançar reformas para mudar o país e anunciou então, a desapropriação de terras, a nacionalização das refinarias de petróleo, a reforma eleitoral que garantia o voto aos analfabetos, a reforma universitária, entre outras. Em 1963, a inflação era de 73,5%, e Jango exigia uma nova constituição que acabasse com as “estruturas arcaicas” da sociedade brasileira.

Diante do quadro de agitação, os adversários do governo aceleraram a realização do golpe e no dia 31 de março de 1964 o presidente foi deposto, e as forças que tentaram resistir ao golpe sofreram dura repressão. Jango refugiou-se no Uruguai e uma junta militar assumiu o controle do país. O ano de 1964 só se consumou politicamente em 1968. Isto é: o golpe político-militar de 31 de março/1 de abril de 1964 somente se concretizou como regime ditatorial-militar em 13 de dezembro de 1968, após a edição do Ato Institucional n. 5⁷.

Reis (2014) revela que, depois do golpe, o modelo político tinha como objetivo fortalecer o poder executivo. Dezesete atos institucionais e cerca de mil leis excepcionais foram impostas à sociedade brasileira. Com o Ato Institucional nº. 2⁸, os antigos partidos políticos foram fechados e foi adotado o bipartidarismo, nascendo a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), que apoiava o governo e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), representando os opositores, mas com atuação limitada. O governo montou um

⁶João Belchior Marques Goulart nasceu em São Borja (RS), no dia 1º. de março de 1919. Desde criança recebeu o apelido de Jango, comum no sul do país. Formou-se em direito em 1939. No dia 7 de setembro de 1961 foi empossado na presidência da República. [Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001, s\p.]

⁷ AI-5 O Ato Institucional nº 5, também conhecido como AI 5, foi um **ato decretado em 13 de dezembro de 1968**, durante o período da ditadura militar, no governo do general Arthur da Costa e Silva. Este ato marcou um período de censura e repressão da ditadura militar no Brasil e ficou historicamente conhecido como o mais duro dos Atos Institucionais, que eram diplomas legais emitidos pelo poder executivo entre os anos de 1964 e 1969.

⁸O AI-2 instaurou a eleição indireta para presidente da República, fechou os partidos políticos existentes e fortaleceu a Justiça Militar, expandindo sua abrangência e atuação em crimes relativos à segurança nacional – algo que se abria para um leque bem amplo e inconsistente de ações.

forte sistema de controle que dificultava a resistência ao regime, por meio da criação do SNI (Serviço Nacional de Informação), que era chefiado pelo general Golbery do Couto e Silva.

Ainda segundo Reis (2014), os atos institucionais foram promulgados durante os governos dos generais Castello Branco (1964-1967) e Artur da Costa e Silva (1967-1969). Eles marcaram o cenário político com o fim do Estado de direito e as instituições democráticas do país; em termos econômicos, os militares seguiram medidas de restrição econômica, tendo como teoria “recuperar a credibilidade do país junto ao capital estrangeiro,” tomando as seguintes medidas: contenção dos salários e dos direitos trabalhistas, aumento das tarifas dos serviços públicos, restrição ao crédito, corte das despesas do governo e diminuição da inflação, que estava em torno de 90% ao ano. Em contraponto algumas medidas como compra de equipamentos militares eram priorizadas. Como afirma Oliva:

Em 1969, o Presidente Johnson, dos EUA, pouco antes do Presidente Arthur da Costa e Silva adoecer, escreveu-lhe uma carta pessoal, na qual pedia ao Presidente que não comprasse os Mirage – aviões de caça, franceses –, mas os F-5 americanos. Dizia o Presidente americano que embora não pudesse atender de imediato, por causa da limitação da venda de material bélico imposta pelo Congresso americano, em tempo de guerra do Vietnã, prometia que forneceria os aviões – vinte aviões, ou algo assim, para atender à necessidade da Força Aérea Brasileira (FAB) – no mais curto prazo. Logo após a doença do Presidente, compramos os aviões dos franceses (OLIVA, 2003 p. 45).

Como nos revela e acrescenta Gaspari (2014), a ditadura mudou o Brasil, economicamente, politicamente, culturalmente e socialmente. Os custos foram muito altos. Para além dos perseguidos, presos, torturados, exilados ou mortos e suas famílias, é inefável a dor e a angústia de toda uma população empurrada em ritmos inéditos de mobilidade-social e geográfica, conduzindo a sociedade para um novo patamar de desenvolvimento do capitalismo. Os oficiais generais que ordenaram e defenderam a tortura levaram as Forças Armadas Brasileiras ao maior desastre de sua história. A tortura tornou-se matéria de ensino e prática da máquina militar de repressão política da ditadura.

Motta (2003), em seu livro: “31 de março: o movimento revolucionário e a sua história”, entrevista alguns generais do Exército, a respeito desse período da história do Brasil. O autor apresenta depoimentos de militantes e militares e destaca que a tortura é o ponto fundamental de divergência nos relatos sobre esse período. Para as Forças Armadas, os casos de tortura não passaram de “excessos”, perda de controle de um ou outro agente, mas nunca reconhecidos como resultado de uma política de Estado (OLIVEIRA, 2011; OSMO, 2018).

Certa vez, o general Geisel, num depoimento a historiadores, justificou: “Era essencial reprimir, não posso discutir o método de repressão. Se foi ou não adequado, se foi o melhor

que se podia adotar. O fato é que a subversão acabou” (GEISEL, 1970). Sobre a tortura, Gaspari (2014 *apud* Sartre, 1973) registra “A tortura não é desumana; é simplesmente um crime ignóbil, crapuloso, cometido por homens”.

Pellegrino (1992), em seu conhecido texto “Tortura política”, afirma que

a tortura busca, à custa do sofrimento corporal insuportável, introduzir uma cunha que leve à cisão entre corpo e mente. E, mais do que isso: ela procura, a todo preço, semear a discórdia e a guerra entre corpo e mente. Através da tortura, o corpo se torna nosso inimigo, e nos persegue. É esse o modelo básico no qual se apóia a ação de qualquer torturador.” (PELLEGRINO, 1992, p.29).

A tortura configura-se como prática corrente e ordenada, resultante de uma estratégia para fazer falar dentro de uma política de Estado. Quanto a essa prática, Padrós (2004) teoriza que a tortura política desponta como fundamental na manutenção de uma ordem quando é rompido o consenso social, que prevê a admissão de direitos e deveres básicos, tanto por parte do Estado quanto por parte dos cidadãos. No momento de quebra desse acordo tem fim o Estado de Direito e nasce o estado ditatorial que, para manter-se no poder, evita qualquer participação social, valendo-se, para tanto, da violência; assim em vez de política, há a polícia.

2.4.1 Os Movimentos Sindicais e o enfrentamento ao Regime Militar

Com o Golpe de 1964, toda a estrutura montada e o conhecimento produzido durante a Era Vargas (1930-1945) e durante o período democrático (1946-1964) foram incorporados à estrutura repressiva montada pelos militares. A estrutura policial durante a ditadura militar, estava a serviço da extrema direita, e correspondia aos interesses demandados pelo governo realizando espionagem, interrogatórios, prisões, torturas, atentados e homicídios (FICO, 2001).

O poder da ideologia dominante é indubitavelmente enorme, não só pelo esmagador poder material e por um equivalente arsenal político-cultural à disposição das classes dominantes, mas também porque esse poder ideológico só pode prevalecer graças à preponderância da mistificação, por meio da qual os receptores potenciais podem ser induzidos a endossar, “consensualmente”, valores e práticas que são, na realidade, totalmente adversos aos seus interesses vitais (MÉSZARÓS, 2008).

É importante destacar que o fato de os militares estarem no poder não significava que os civis estariam excluídos do aparelho estatal. O sistema DOI-CODI⁹, criado em 1970, teve sua origem na Operação Bandeirantes, que surgiu em 1969, a qual contou com o financiamento de empresários para sua existência, demonstrando um caráter classista do golpe de 1964 e da ditadura que se seguiu. A respeito do papel dos civis na ditadura, Campos afirma que:

A burguesia industrial paulista tinha como importante elemento constitutivo o grupo de empreiteiros de obras públicas, e Delfim em várias decisões beneficiou o setor, como na ampliação das verbas para investimentos em obras e na reserva do mercado nacional às empreiteiras brasileiras, para além dos favorecimentos individuais a empresas como a Camargo Corrêa. O poder de Delfim em suas gestões como ministro e a certa intocabilidade das áreas sob sua responsabilidade por outros agentes do aparelho de Estado, inclusive militares e o presidente da República, eram expressões do poder central que a burguesia brasileira tinha no regime ditatorial, composição privilegiada para a fração industrial paulista (CAMPOS, 2017, p. 308).

Durante a entrevista com o entrevistado 2, este relatou alguns fatos que vivenciou durante esse período, relacionando a repressão e ao movimentos sindicais.

Havia uma desconfiança que o sindicato dos trabalhadores da companhia siderúrgica nacional eram todos comunistas, e o exército mandou tropas a Tubarão SC para aprisionar todos os sindicalistas do sindicato dos trabalhadores rurais, do sindicato dos trabalhadores do carvão de Santa Catarina, que era o maior sindicato operário da época, daí prenderam as pessoas, torturaram e depois de dias soltaram, a ditadura nessa região aqui a única coisa que fez foi prender as pessoas que nem sabiam o que era comunismo (ENTREVISTADO 2).

Reprimir as organizações sindicais intencionava, frear à força que os sindicatos combativos acumularam, especialmente nos primeiros anos da década de 1960.

Segundo Oliveira (1984), a partir da ditadura, a renda salarial dos trabalhadores caiu, e a cobrança por produtividade nas empresas aumentou. Essa combinação permitiu maiores ganhos aos capitalistas, que empregavam os trabalhadores em condições cada vez mais conformadas para a acumulação capitalista. “Sem pressão sindical, em vista da agressiva repressão do Estado autoritário, mais viável se tornou a superexploração da força de trabalho (MARINI, 2000, p.123)”.

⁹Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) foi um órgão subordinado ao Exército, de inteligência e repressão do governo brasileiro durante a ditadura que se seguiu ao golpe militar de 1964.

Além da exploração da mão de obra, a censura ocorria de outras maneiras, como podemos constatar na fala do entrevistado 1:

[...]nós temos companheiros de luta sim, da antiga CSN que era o pessoal do Lavador, que já era um pessoal mais combativo porque era uma empresa nacional então tinha toda uma história de luta, os mineiros também sofreram repreensão, aqui em Tubarão tinha um companheiro que morava perto da Congonha e sofreu bastante com a perseguição. E após 85 a repreensão continuou, eu mesmo fugi da polícia aqui em tubarão, apanhei na ponte em Florianópolis, apanhei em Brasília quando fui defender os demitidos da Era Collor, a gente tinha que se meter e a polícia chegava batendo. [...]Muita gente deve ter sofrido isso, mas não fica gravado, não é relatado, você só tem aquilo de conversa de ouvido. (ENTREVISTADO 1).

A classe empresarial brasileira atuava como financiadora da repressão aos movimentos sociais e políticos ligados aos trabalhadores, o que se torna evidente com a criação da Operação Bandeirantes, o DOI-CODI. A polícia política do Brasil foi quem recebeu maior qualificação a partir de relações com outros países. Assim, a articulação da estrutura policial brasileira foi realizada a partir das diretrizes e conhecimentos adquiridos por meio de cursos de formação e capacitação realizados pelos estadunidenses que visavam o estreitamento de relações para a obtenção de informantes e pessoas leais aos EUA. A aproximação da CIA (Central Intelligence Agency), Serviço Secreto dos Estados Unidos da América, com as polícias estrangeiras tinha entre os seus objetivos:

Cultivar relações com pessoal de polícia que pudesse passar informações secretas à CIA. As polícias políticas, em particular, eram alvos da CIA,... [uma vez que] possuíam informações diretas sobre comunistas, ‘perturbadores da ordem’, políticos, militares ambiciosos, agitadores operários (...) [e poderiam] prestar serviços especiais para os Estados Unidos (LOBE, 1075, apud HUGGINS, 1998, p.105).

A CIA exercia seu poder e influência no sentido de intervir na existência de oposição política no governo federal ou em governos estaduais em articulação com as polícias políticas e os serviços secretos, aderindo ao pretenso ideal anticomunista. Assim, independentemente da ideologia política do governo estabelecido, as conexões se mantiveram por meio de políticos, empresários e policiais alinhados com os EUA. Para tanto, conforme salienta o ex-chefe da CIA, Allan W. Dulles, a espionagem, no governo dos EUA, foi levada à posição mais influente do que em qualquer lugar do mundo. Allan Dulles reconhecia que a CIA deveria seguir o modelo do Serviço de Segurança soviético, o qual além de ser uma organização de polícia secreta, de uma organização de espionagem e contraespionagem, constituía-se num

“instrumento para a subversão, manipulação e violência, para intervenção secreta nos assuntos de outros países” (ARENDR, 2012, p.665).

O imperialismo estadunidense demonstrou formas de dominação e organização assumidas a partir da complexa dinâmica capitalista, que transformou não só a estrutura produtiva, mas também, as estruturas asseguradoras da reprodução da ordem social, incentivando a repressão da luta de classes nas conquistas democratizantes.

3. OS REFLEXOS DA DITADURA MILITAR EM SANTA CATARINA

Durante a ditadura militar, era comum a perseguição contra quem se opusesse ao regime: os estudantes, os intelectuais e engajados políticos eram as principais vítimas dessa perseguição. Não foi diferente em Santa Catarina, mais especificamente no Sul do Estado, relatos históricos revelam que a prática repressiva do regime militar esteve presente em todo o país, como forma de “memória coletiva que passa a ser vista nos acontecimentos ao longo do tempo. Ela é aquilo que fica no passado de grupos que não estão nas instituições que detêm poder” (SILVA, 2009, p.18).

Segundo Souza (2016), a Operação Barriga Verde foi a principal intervenção militar no estado de Santa Catarina durante o regime civil-militar. Esta operação, realizada pelo Exército (DOI-CODI) em Santa Catarina, teve início no dia 4 de novembro de 1975, terminando com a prisão de 42 pessoas acusadas de pertencer ao PCB. Ela ocorreu num quadro nacional de repressão aos membros desse partido clandestino, entre 1974-1975, quando cerca de 14 integrantes do Comitê Central foram presos, mortos e estão desaparecidos até hoje. Em diferentes estados ocorreram operações semelhantes, como a Jacarta (São Paulo) e a Marumbi (Paraná), todas voltadas contra os integrantes do PCB.

Segundo Silva (2009), tirar esses militantes de circulação era a garantia que a direita catarinense precisava para manter os privilégios e impedir uma mudança política mais à esquerda. Os prisioneiros eram levados para Curitiba e, depois, trazidos à Colônia Penal Urbano Salles, em Florianópolis. A maioria foi torturada: as prisões iniciaram-se no dia 4 de novembro pela manhã.

Um dos muitos perseguidos pela ditadura foi Marcos Cardoso Filho, que nasceu na cidade de Tubarão e era docente na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no Departamento de Engenharia Elétrica. Marcos também tinha forte inclinação à ciência política e militava, desde o final dos anos 1960, no então proscrito Partido Comunista Brasileiro (PCB). Foi sua atuação como militante que o levou a ser preso na Operação Barriga Verde,

deflagrada pelo governo militar ditatorial da época para coibir a reorganização do PCB em Santa Catarina. Julgado em fevereiro de 1978 e condenado a três anos de prisão, o professor deixou a Penitenciária de Florianópolis em abril do mesmo ano, sob liberdade condicional, mas não voltou a dar aulas na ETFSC (onde também era docente). Foi demitido pelo então diretor Frederico Guilherme Büendgens, por justa causa, em setembro de 1978, mas manteve o vínculo de professor da UFSC até sua morte, em 1983 (PERINE, 2014 p.29).

Perseguido e torturado durante o período da ditadura o entrevistado 2, relata em meio a lembranças doloridas sua trajetória de prisão e tortura:

Eu tive uma herança da ditadura no final dos meus 3 anos de militância, eu fui preso, na hora da minha prisão eles cercaram o meu apartamento no 13º andar em Curitiba, e me deram um tiro que pegou no pescoço e cortou os nervos das cordas vocais, e eu fiquei com a paralisia das cordas vocais, foi a única coisa que a ditadura me deu de presente, um tiro no pescoço que me derrubou, me levou ao hospital e quase me matou, mas depois eles me levaram para o Rio de Janeiro, onde eu fui torturado barbaramente, levei choque elétrico, afogamento, foram coisas que me arrepiam até hoje, a desumanidade era tanta que cachorro era melhor tratado que nós, só para ter uma ideia, eles me levaram de rural Willys de Curitiba para o Rio de Janeiro algemado no chão da rural, e eu com a cabeça dobrada no chão fiquei das 6:00 da manhã até as 22:00 da noite nessa viagem, quando cheguei lá encontramos o vice presidente Rademaker, começamos a conversar mas ele disse que eu não tinha mais nada para dizer porque ele já sabia de tudo que eu tinha feito, me levaram para cadeia e eu fiquei preso 4 anos, tive na ilha das flores, na ilha das cobras e na ilha grande, tive no presídio Milton Dias Moreira, e foi uma trapalhada da ditadura porque eles foram atrás do meu passado e viram que eu tinha estudado em colégio de padre e viram que lá não tinha nenhuma formação de comunista, eu era comunista antes de me dizer o que era comunismo, eu achava que era errado os negros ganharem tão pouco, as domésticas ganharem tão pouco, o pessoal de baixo ganhar tão pouco, e a elite ganhar uma fortuna em cima da miséria do povo e por isso que até hoje se surgiu um movimento armado para lutar e derrubar essa sociedade capitalista eu me disponho a lutar novamente(ENTREVISTADO 2).

Padrós (2004) analisa que esse estado autoritário, que pratica o terrorismo, isto é, a transgressão, por parte do governo, dos marcos ideológicos e políticos da repressão “legal” e da apelação para “métodos não-convencionais” de aniquilação da oposição política,

[...] liquida com os líderes de qualquer segmento da sociedade, capazes de articular resistência, elaborar alguma alternativa ou manter viva a chama da liberdade. Simultaneamente, cria um sistema de controle sobre todas as manifestações da vida e uma rede de delação secreta, levando a tortura psicológica a toda a sociedade” (PADRÓS, 2004, 53).

Catarinense da cidade de Içara, Derlei Catarina de Luca começou sua militância no movimento estudantil da Universidade Federal de Santa Catarina. Posteriormente, foi para a Juventude Católica e Ação Popular. Foi militante ativa. Presa ao ser confundida com a

companheira de Carlos Marighela, Derlei detalhou suas lembranças do momento da sua prisão e os tipos de tortura aos quais foi submetida, conforme descreve Colling:

[...] a tortura começou assim que chegou ao quartel da PM. Poucas horas depois, foi levada para a sede da Oban, onde lhe disseram que conheceria a “sucursal do inferno”. Nove homens a torturaram nesta noite. Entre a utilização do pau-de-arara acompanhado por choques elétricos nos órgãos genitais, pés, mãos e língua, cigarros eram apagados no seu corpo. Pelo que relata na sua autobiografia, para além da busca por informações, este primeiro momento foi permeado por um objetivo punitivo que buscava submeter a famosa “loura dos assaltos”. Neste caso, para seus algozes, ela não seria somente uma mulher que integrava os quadros da “subversão” ou do “terrorismo”. Seria “uma” das “terroristas” mais procuradas do país, uma das principais figuras da ALN, que realizava assaltos, manejando uma metralhadora, ao mesmo tempo, representando o perigo sedutor que poderia encantar os “inexperientes”, como foi abordado anteriormente. Neste sentido, diante da “certeza” de que Derlei era Maria Aparecida Costa, a “dupla punição” (COLLING, 1997; ROSA, 2013).

A atuação da ditadura em Santa Catarina foi repleta de episódios de tortura, assassinatos que deixaram marcas profundas na militância de esquerda, bem como, nas famílias dos envolvidos. E em 2014 foi criada a Comissão Estadual da Verdade em Santa Catarina.

A Comissão Estadual da Verdade foi criada com a finalidade de auxiliar a Comissão Nacional, visando examinar e esclarecer as violações de direitos humanos praticadas por motivação exclusivamente política no período de 18 de setembro de 1946 a 05 de outubro de 1988, no território do Estado de Santa Catarina, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e contribuir para a promoção da reconciliação nacional. (SANTA CATARINA, 2014, p. 7).

Sendo assim a Assembleia Legislativa de Santa Catarina divulgou em 2014 um relatório da Comissão Estadual da Verdade em Santa Catarina, com as informações coletadas até então.

Seus principais resultados foram: Incêndio de livros na Praça Quinze em abril de 1964. O Exército Brasileiro invadiu a livraria Anita Garibaldi, de propriedade do escritor Salim Miguel e queimou os livros em praça pública. Quinze estudantes catarinenses foram detidos no Congresso da UNE, em Ibiúna, em 1968. Em 05 de dezembro de 1968 a Secretaria de Segurança Pública do Estado sequestrou vários estudantes, mantendo-os presos na cadeia pública de Biguaçu, sem ordem judicial, sem interrogatório formal, nem registro de impressões digitais. Os jovens eram: Derlei Catarina De Luca, Heitor Bitencourt Filho, Paulo Joaquim Alves, Rômulo Coutinho de Azevedo, Sérgio Luiz Bonzon e Luis Carlos Gonçalves. A Operação Barriga Verde: Em 1975 a Polícia Federal prendeu militantes do Partido Comunista Brasileiro, em território catarinense. O episódio ficou conhecido como Operação Barriga Verde e quase 50 catarinenses foram detidos. O Estado de Santa Catarina teve 10 catarinenses assassinados e 03 continuam desaparecidos. Um foi assassinado em território catarinense. Novembrada: Em novembro de 1979 vários estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina foram detidos depois de uma manifestação contra o Presidente Militar João Figueiredo. Vinte e cinco sindicatos sofreram intervenção. As cidades litorâneas de S. Francisco do Sul, Itajaí, Laguna e Imbituba tiveram seus prefeitos presos e cassados. Em números resumidos: Até dezembro de 2014, a CEV apurou em Santa Catarina o total de 701 pessoas detidas. A imensa maioria sem ordem judicial, o que configura prisão ilegal e sequestro. Entre elas: 84 camponeses, 30 mulheres, 130 sindicalistas, 52 advogados. Arno Preis, de Forquilha, advogado, assassinado em Tocantins (SANTA CATARINA, 2014, p.14)

Ainda segundo o relatório, o único caso confirmado de assassinato em Santa Catarina, investigado a pedido da Comissão Estadual da Verdade, constatou-se a morte do ex-prefeito de Balneário Camboriú, Higino João Pio, confirmada pela perícia realizada pela Comissão Nacional da Verdade. De acordo com os dados oficiais, o ex-prefeito foi encontrado morto nas dependências da Escola de Aprendizes de Marinheiros de Santa Catarina e teria cometido suicídio em 03 de março de 1969, alguns dias após sua prisão por questões políticas. Após a perícia realizada pela Comissão Nacional da Verdade foi constatado que o ex-prefeito fora assassinado, provavelmente pelas forças de segurança, mas foi impossível identificar os autores do crime. O relatório da perícia foi encaminhado à família do ex-prefeito para a retificação do atestado de óbito, bem como ao Ministério Público em Santa Catarina, para que proceda com os atos necessários ao esclarecimento dos fatos.

Abaixo, conforme informações da Comissão Estadual da Verdade de Santa Catarina, apresentamos dois quadros: o primeiro, contendo os nomes das vítimas do regime militar em nosso Estado, bem como sua cidade natal, profissão, violação que sofreu e local onde ocorreu; o segundo apresenta os nomes dos sacerdotes que foram presos durante o regime militar, a data e o motivo da prisão e sua cidade natal.

Quadro 1: Vítimas das graves violações de direitos humanos, no período da ditadura em Santa Catarina.

Nome	Cidade Natal	Profissão	Violação sofrida	Onde sofreu a violação
Arno Preis	Forquilha	Advogado.	Assassinado	Tocantis (TO)
Frederico Eduardo Mayr	Timbó	Universitário.	Assassinado	São Paulo (SP)
Hamilton Fernando Cunha	Florianópolis	Gráfico.	Assassinado	São Paulo (SP)
Derlei Catarina De Luca	Içara	Professora.	Presa e fortemente torturada	São Paulo e Rio de Janeiro
Marlene de Souza Soccas	Laguna	Dentista.	Presa e torturada	Florianópolis
Higino João Pio	Itapema	Prefeito de Balneário Camboriú.	Assassinado	Florianópolis (SC)
Luiz Eurico Tejada Lisboa	Porto União	Estudante.	Assassinado	São Paulo (SP)
Wânio José de Matos	Piratuba	Capitão da Polícia Militar.	Assassinado	Chile
Rui Osvaldo Pfitzenreuter	Orleães	Jornalista	Assassinado	São Paulo (SP)
Divo Fernandes d'Oliveira	Tubarão	Marinheiro.	Desaparecido	Rio de Janeiro (RJ)
João Batista Rita	Criciúma	Universitário.	Desaparecido	Rio de Janeiro (RJ)

Nery Clito Vieira	Chapecó	Coronel da Polícia Militar de SC.	Preso e Cassado	Chapecó
Paulo Stuart Wright	Joaçaba	Deputado de Herval do Oeste.	Desaparecido	São Paulo (SP)
Alfred Darcy Addsion	São Francisco do Sul	Tenente da Cavalaria da Polícia Militar de SC.	Preso e Cassado	São Francisco do Sul
Augusto Luís de Brito	São Francisco do Sul	Oficial da Marinha Brasileira.	Preso e cassado	São Francisco do Sul
Arri Lorenzetti	São Francisco do Sul	Marinha Mercante.	Tortura	São Paulo
César Brumm	Sem informação	Oficial da Marinha.	Expulso da Marinha	Sem informação
Francisco Sales de Moraes	Florianópolis	Soldado.	Preso e cassado	Florianópolis

Fonte: Elaboração da autora com base em Santa Catarina, 2014.

Quadro 2 - Sacerdotes presos

Nome	Cidade Natal	Ano da prisão	Motivo da prisão
Antônio Alberto Soligo	Caçador	1969	Ligado ao sindicato dos metalúrgicos
Osni Carlos Rosembrock	Tubarão	1964	Organização do Sindicato Rural
Paulo Martinechen Neto	Joaçaba	1964	Sem informação

Fonte: Elaboração da autora com base em Santa Catarina, 2014.

Este relatório a C.E.V demonstra o quanto a ditadura cerceou direitos humanos em Santa Catarina, uma violação motivada exclusivamente pela ideologia política, e assim, tornou-se extremamente importante para a revisão histórica, pois contextualiza e documenta relatos das vítimas do regime, de modo que tenham a oportunidade de reescrever a sua trajetória política e social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das informações apresentadas, no contexto do golpe civil-militar e da implantação desse regime no Brasil, concluímos que a região Sul de Santa Catarina apresentava, à época do golpe, resistência ao regime instaurado, fazendo com que muitos representantes de movimentos sociais, fossem perseguidos presos e até assassinados, simplesmente por discordarem do golpe e suas ações repressivas.

É possível constatar que os impactos relacionados ao regime militar no sul do estado foram sentidos pelas classes trabalhadoras, pois alguns sindicatos foram fechados, e seus principais articuladores, perseguidos, presos e torturados. O cerceamento da liberdade de expressão provocou em muitos, devido ao medo, certa acomodação em relação à luta pelos direitos sociais. O conhecimento popular em relação ao regime é relativamente descontextualizado, pois durante esse período a imprensa local pouco divulgava os acontecimentos reais: as notícias eram “maquiadas” e a propaganda do regime militar era bem consistente ao representar que tudo estava bem.

Quanto às prisões, perseguições, torturas e assassinatos cometidos durante a ditadura, estas eram notícias veladas, partilhadas na intimidade de amigos e parentes dos envolvidos. Havia um temor constante que povoava a todos que viessem a pensar na articulação ou na oposição ao regime. Constatamos, também, que muitos empresários compactuaram com o regime como forma de manter uma certa “tranquilidade” em suas empresas, evitava-se greves, reivindicações de melhores condições de trabalho.

Os movimentos sociais, principalmente de organizações sindicais e partidos de esquerda eram os principais alvos das “operações” do governo militar: a resistência ao regime culminou em violações de direitos, principalmente na operação Barriga Verde, que apresentava como objetivo principal dismantelar a organização do Partido Comunista no estado.

É importante salientar que há escassez em termos de trabalhos historiográficos sobre a ditadura militar na região Sul de Santa Catarina: destacamos, aqui, a atuação da imprensa, há poucas publicações, pouco se sabe sobre o posicionamento de jornais, rádios e emissoras de televisão locais perante o regime, portanto esse fato tornou-se um obstáculo para que fosse contextualizada essa temática.

Imprimindo uma opinião pessoal sobre o tema vemos que esse período é pouco discutido entre a geração que viveu essa época. Muitos, influenciados pelo temor ou pela ignorância do que realmente aconteceu em Santa Catarina, sobretudo no Sul do Estado; outros

desconhecendo, as perseguições, prisões, torturas e assassinatos de pessoas nascidas no estado e na região. Em contrapartida, os detalhes e depoimentos aqui revelados mostram-se um importante fator histórico de debate perante essa situação criminosa. A violação de direitos deve ser sempre contestada, pois ela fere o princípio de igualdade, fator primordial de convivência pacífica de uma nação.

Os acontecimentos ocorridos durante a ditadura militar devem ser discutidos amplamente de modo que períodos repressivos como este não ocorram novamente, ou travestidos de uma suposta legalidade, os governantes não venham suprimir direitos da população em detrimento do favorecimento de uma certa parcela da sociedade que busca, em nome de suas convicções ideológicas, dominar o rumo de nosso país. A luta para a manutenção do direito a uma sociedade livre deve ser constante.

REFERÊNCIAS

ARENDRT, Hanna. **Origens do Totalitarismo. Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BEZERRA, Juliana. **Ditadura Militar no Brasil.** 02/02/2018. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/ditadura-militar-no-brasil/>. Acesso: 17/06/2018

CALDEIRA, João. **A tortura no Regime Militar.** 2013. Disponível em: <https://jornalgn.com.br/noticia/a-tortura-e-os-mortos-na-ditadura-militar>. Acesso em: 17/06/2018.

DREIFUSS, René. **1964: A Conquista do Estado.** Editora Vozes Ltda. 1987.

FICO, Carlos. **A pluralidade das censuras e das propagandas da Ditadura.** In: REIS, Daniel Arão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs). 1964-2004 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro, Editora: 7letras, 2004, p. 10-20

FRANCISCO apud GUEDES, Sandra P. L. de Camargo; et al. **O exército e a cidade.** Joinville: Univille, 2008, p. 150

GASPARI, ÉLIO. **A ditadura escancarada** Editora Intrínseca, 19 de fev. de 2014. Rio de Janeiro RJ

GONÇALVES, E. **Prudência e razão de Estado na obra de Gabriel Naudé.** São Paulo, 2015. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

HUGGINS, Martha K. **Polícia e Política: relações Estados Unidos/ América Latina.** São Paulo: Cortez, 1998.

LUTTWAK, Edward. **Golpe de Estado: um manual prático.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência.** Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MARTINS, Franklin. **Manifesto da Frente Ampla.** Íntegra (1966): O Manifesto. 1966. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/Exilio/Articulacao_da_oposicao Acesso em: 17/06/2018.

MOTTA, ARICILDES DE MORAES **Brasil – História – Revolução, 1964. 2. Militares – Entrevistas.** I Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003. XXXt. – (Biblioteca do Exército; 745) ISBN 85-7011-340-4 (t. 7) 1

OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia da Dependência Imperfeita.** 4ª ed. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1984.

PADRÓS, Enrique Serra. **A ditadura cívico-militar no Uruguai (1973-1984): terror de Estado e Segurança Nacional.** In: WASSERMANN, Claudia; GUAZELLI, César; BARCELOS, Augusto (orgs.). *Ditaduras militares na América Latina.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 53.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio.** *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. *Memória e identidade social – Estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e Democracia no Brasil: Do golpe de 1964 à constituição de 1988** Editora Schwarcz – Companhia das Letras, 20 de fev. de 2014

REIS, Daniel Aarão **A ditadura que mudou o Brasil.** Editora Schwarcz - Companhia das Letras, 30 de jan. de 2014

RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura. In. REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **O golpe e a ditadura militar – 40 anos depois (1964- 2004).** Bauru: Edusc, 2004.

SANTA CATARINA, **Relatório da Comissão Estadual da Verdade.** Comissão Estadual Da Verdade Paulo Stuart Wright. Disponível em: <https://www.memoriaedireitoshumanos.ufsc.br/files/original/389fa27327d13645e1c7627cdf1c232a.pdf> . Acesso em 5 de junho 2021.